



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

## RELATÓRIO

Campinas, 02 de outubro de 2025.

### COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

#### Protocolo e-SIC 685/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 685/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 27/08/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 23/09/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
<b>Solicitação</b> Prezado(a) Sr(a), Consta que o Município de Campinas é Consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Conforme informações no link: <a href="https://agua.org.br/sobre-nos/">https://agua.org.br/sobre-nos/</a> o Sr. Dario Saadi é um dos Conselheiros da entidade. Porém, não encontrei no Portal da Transparência do Município qualquer empenho para transferência, contribuição ou rateio para o CNPJ 56.983.505/0001-78, da citada instituição. Dessa forma, solicito informações sobre as transferências, contribuições ou rateios realizados por esta municipalidade para a citada entidade, solicitando também acesso aos procedimentos administrativos que embasam os empenhos ou suas ausências. Att.te,			

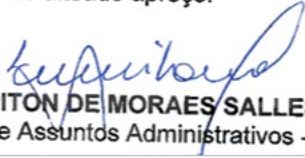
O pedido fora dirigido, pelo SIC Central à **Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA Campinas**, que assim se posicionou, em Ofício que extraímos do Sistema:

Ref.: Processo SANASA.2025.0000034192-97  
e-SIC nº 685/2025

Prezado Senhor,

Em atenção à solicitação protocolada através do Sistema de Informação ao Cidadão e-SIC, sob nº 685/2025, acerca de informações sobre os empenhos realizados pela municipalidade ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, vimos pelo presente, informar que o assunto em questão é direcionado à Prefeitura Municipal de Campinas e por conseguinte, a resposta deverá ser elaborada pelo respectivo Órgão.

Sendo o que nos apresenta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e alto apreço.

  
CLAUDETE AP. PITON DE MORAES SALLES  
Gerente Jurídica de Assuntos Administrativos - SANASA

A solicitação fora enviada à **Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SECLIMAS)**, que ofereceu a seguinte resposta:

23/09/2025	Tiago dos Reis Magoga	SIC-CENTRAL	RESPOSTA DE REQUERIMENTO Lei de Acesso à Informação Decreto Municipal nº 22.170/2022 Requerente: Dr. Luis Gustavo Pessoa de Sales Protocolo: 685/2025 O requerente, por meio do sistema e-SIC, manifestou nos seguintes termos: "Prezado(a) Sr(a)., Consta que o Município de Campinas é Consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Conforme informações no link: <a href="https://agua.org.br/sobre-nos/">https://agua.org.br/sobre-nos/</a> o Sr. Dario Saadi é um dos Conselheiros da entidade. Porém, não encontrei no Portal da Transparência do Município qualquer empenho para transferência, contribuição ou rateio para o CNPJ 56.983.505/0001-78, da citada instituição. Dessa forma, solicito informações sobre as transferências, contribuições ou rateios realizados por esta municipalidade para a citada entidade, solicitando também acesso aos procedimentos administrativos que embasam os empenhos ou suas ausências. Att.te," O município de Campinas possui CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL com a empresa SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A. - SANASA, cujo objeto é a cooperação técnica, administrativo-financeira para implementação de ações conjuntas relacionadas as políticas públicas municipais de recursos hídricos, ao licenciamento e o controle ambiental de obras de saneamento básico e ações relacionadas ao meio ambiente. Sendo uma obrigação estabelecida no referido convênio, a contribuição devida ao Município de Campinas para o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ é repassada pela SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A. - SANASA. Assim, inexistem "...transferências, contribuições ou rateios realizados..." pelo município de Campinas. Atenciosamente.
------------	-----------------------	-------------	---

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 685/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 23/09/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 01/10/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
<b>Solicitação</b> Recurso Administrativo - Lei de Acesso à Informação Requerente: Luis Gustavo Pessoa de Sales Protocolo: 685/2025 À Autoridade Recursal, Venho, respeitosamente, interpor RECURSO em face da resposta encaminhada ao pedido formulado sob o protocolo acima indicado, com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no Decreto Municipal nº 22.170/2022, pelos seguintes motivos: O requerimento original solicitou informações sobre as transferências, contribuições ou rateios realizados por esta Municipalidade ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, bem como acesso aos procedimentos administrativos que embasam os empenhos realizados ou suas ausências. A resposta encaminhada limitou-se a afirmar que inexistem transferência direta pelo Município de Campinas, pois a obrigação estaria adimplida por meio da SANASA, em razão de convênio de cooperação interinstitucional firmado. Todavia, a resposta apresenta-se incompleta, uma vez que não disponibiliza, nem indica meios de acesso, ao convênio mencionado e tampouco ao processo administrativo que o embasa, documentos estes indispensáveis para o controle social e a plena compreensão da forma pela qual se dá os pagamentos ao Consórcio PCJ. Nos termos do art. 7, incisos II, III e IV, da Lei nº 12.527/2011, a Administração deve assegurar ao requerente o acesso não apenas a informações em caráter narrativo, mas à "informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos" em sua forma "primária, íntegra, autêntica e atualizada". Diante do exposto, requer-se: a) O fornecimento de cópia integral do Convênio de Cooperação Interinstitucional firmado entre o Município de Campinas e a SANASA, que foi citado como fundamento da resposta; b) O fornecimento de cópia integral do processo administrativo que deu origem e embasamento à celebração do referido convênio; c) Caso os documentos estejam disponíveis em meio eletrônico, a indicação do link para consulta direta no Portal da Transparência ou outro site oficial. Nestes termos, Pede deferimento. Campinas, 23 de setembro de 2025. Luis Gustavo Pessoa de Sales OAB/S 511.325			

Sobreveio resposta da **SECLIMAS** com o seguinte teor:

30/09/2025	Tiago dos Reis Magoga	SIC-CENTRAL		<p>RESPOSTA DE RECURSO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA Lei de Acesso à Informação Decreto Municipal n.º 22.170/2022 Requerente: Luis Gustavo Pessoa de Sales Protocolo: 685/2025 O requerente solicitou, inicialmente, o seguinte: "...solicito informações sobre as transferências, contribuições ou rateios realizados por esta municipalidade para a citada entidade, solicitando também acesso aos procedimentos administrativos que embasam os empenhos ou suas ausências." (negritos não constam do original). A resposta, tempestiva, informou o seguinte: "...O município de Campinas possui CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL com a empresa SOCIEDADE DE</p>
				<p>ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A. – SANASA, cujo objeto é a cooperação técnica, administrativo-financeira para implementação de ações conjuntas relacionadas as políticas públicas municipais de recursos hídricos, ao licenciamento e o controle ambiental de obras de saneamento básico e ações relacionadas ao meio ambiente. Sendo uma obrigação estabelecida no referido convênio, a contribuição devida ao Município de Campinas para o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ é repassada pela SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A. – SANASA. Assim, inexistem "...transferências, contribuições ou rateios realizados..." pelo município de Campinas." (negritos não constam do original). Como se observa, a resposta foi objetiva e clara quanto ao requerimento, pois, não há transferência da Prefeitura de Campinas para o Consórcio em questão. Logo, a resposta não é incompleta, apenas não satisfaz o requerente que, inclusive, sustenta no recurso que "A resposta encaminhada limitou-se a afirmar que inexistem transferências diretas pelo Município de Campinas...". Entretanto, o requerimento inicial era justamente isso: transferência da municipalidade para a "citada entidade" (Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí). Logo, não há que se falar em resposta incompleta. No recurso, o requerente inova o pedido inicial, utilizando-se da via administrativa em aberto, solicitando o seguinte: "...Diante do exposto, requer-se: a) O fornecimento de cópia integral do Convênio de Cooperação Interinstitucional firmado entre o Município de Campinas e a SANASA, que foi citado como fundamento da resposta; b) O fornecimento de cópia integral do processo administrativo que deu origem e embasamento à celebração do referido convênio; c) Caso os documentos estejam disponíveis em meio eletrônico, a indicação do link para consulta direta no Portal da Transparência ou outro site oficial..." Percebe-se claramente que se trata de outro pedido, pois, no pedido inicial solicitou informações entre Prefeitura de Campinas e Consórcio e agora pede informações sobre Prefeitura de Campinas e SANASA. Vê-se que a SANASA sequer constou do requerimento inicial. Considerando que a solicitação inicial foi plenamente atendida, entende-se ser o caso de indeferimento do recurso. Atenciosamente, _____ Secretário do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade Sr. Bráz dos Santos Adegas Júnior</p>

Irresignada, a **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, nas linhas abaixo, acompanhadas do Anexo, cujos trechos colacionamos na sequência:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
<b>Número Protocolo</b> 685/2025	<b>Tipo Solicitação</b> Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	<b>Situação</b> Aberto	<b>Forma Retorno</b> E-mail
<b>Data da Solicitação</b> 01/10/2025	<b>Previsão de Retorno</b>	<b>Solicitação Recebida em</b> Não Recebido	<b>Prorrogação</b> Não Prorrogado
<b>Solicitação</b> À Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação Requerente: Luis Gustavo Pessoa de Sales Protocolo: 685/2025 LUIS GUSTAVO PESSOA DE SALES, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 511.325, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor RECURSO EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no Decreto Municipal nº 22.170/2022, em face da decisão que negou provimento ao recurso de no pedido de acesso à informação. <b>razões recursais encontram-se detalhadas no documento anexo a esta petição.</b> Nestes termos, Pede deferimento. Campinas, 1º de outubro de 2025. Luis Gustavo Pessoa de Sales OAB/SP 511.325			

## II – DO DIREITO

### II.1 – Da inexistência de inovação do pedido e da aplicação do princípio da transparência ativa

A decisão recorrida incorre em equívoco interpretativo ao alegar inovação do pedido. O recurso não inovou, mas somente explicitou o que já decorria logicamente do pedido original e da resposta fornecida pela própria Administração.

O pedido inicial solicitou informações sobre “transferências, contribuições ou rateios realizados por esta municipalidade para a citada entidade, solicitando também **acesso aos procedimentos administrativos** que embasam os empenhos **ou suas ausências**”.

Note-se: o requerente solicitou expressamente acesso aos **procedimentos administrativos**, tanto dos empenhos realizados quanto de suas ausências. Ou seja, **solicitou a fundamentação documental** das operações financeiras, ou da inexistência delas, relacionadas ao Consórcio PCJ.

A resposta inicial, ao informar que **inexiste transferência direta porque a obrigação é cumprida pela SANASA por meio de convênio**, introduziu nestes autos informação sobre a existência de instrumento jurídico-administrativo que embasaria a ausência de empenhos diretos. Portanto, o convênio é documento essencial à resposta e integra, necessariamente, os “procedimentos administrativos” solicitados.

Não se trata, portanto, de inovação, mas de desdobramento lógico e necessário do pedido original, cujo conteúdo foi delimitado pela própria resposta da Administração.

(...)

## III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) **O provimento do presente recurso**, reformando-se a decisão de primeira instância para:
  - a. **Fornecer cópia integral do processo administrativo** que deu origem à celebração do **Convênio de Cooperação**



- b) Subsidiariamente, caso este douto colegiado entenda que houve inovação do pedido, que o presente recurso seja recebido como novo pedido de acesso à informação, assegurando-se o fornecimento dos documentos solicitados;
- c) A apuração de eventual responsabilidade administrativa dos agentes públicos responsáveis pela negativa de acesso à informação, nos termos do art. 32 e seguintes da Lei n.º 12.527/2011, considerando a potencial caracterização de retardo deliberado na prestação de informação pública.

**Compete a esta CMJRAI**, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.848/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

O **pedido inicial** (“solicito informações sobre as transferências, contribuições ou rateios realizados por esta municipalidade para a citada entidade (**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI**), solicitando também acesso aos procedimentos administrativos que embasam os empenhos ou suas ausências) formulado pela **RECORRENTE** até o momento não fora satisfeito.

Isso porque a **SANASA** direciona o assunto à **Administração Direta Municipal**, e a **SECLIMAS** afirma ser de responsabilidade da **SANASA**, no âmbito do **Convênio de Cooperação Interinstitucional com ela mantido**, cujo objeto, segundo consta, seria a “cooperação técnica, administrativo-financeira para implementação de ações conjuntas relacionadas as políticas públicas municipais de recursos hídricos, ao licenciamento e o controle ambiental de obras de saneamento básico e ações relacionadas ao meio ambiente.” E ainda, “Sendo uma obrigação estabelecida no referido convênio, **a contribuição devida ao Município de Campinas para o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ é repassada pela SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A. – SANASA.**” (negritos nossos)

Diante dessa assertiva, intentamos encontrar no Portal da Transparência (<https://campinas.sp.gov.br/secretaria/procuradoria-geral-do-municipio/contratos>) referido instrumento jurídico, mas localizamos apenas um similar, com data distante, a saber:

Processo administrativo nº 10/10/9659					
<b>Objeto</b> Cooperação técnica e administrativo-financeira entre os partícipes para a implementação de ações conjuntas relacionadas às políticas públicas municipais de recursos hídricos e meio ambiente visando a					
<b>Interessado</b> Secretaria Municipal de Meio Ambiente		<b>Contratada</b> Sociedade de Abastecimento de Água e Esgotamento S/A - SANASA		<b>CPF/CNPJ</b>	
<b>Termo de ajuste N°</b> 01/10	<b>Tipo de Ajuste</b> Outros	<b>Valor (R\$)</b> R\$0,00	<b>Prazo</b> 24 meses	<b>Assinatura</b> 19/05/2010	<b>Acessar contrato</b>

É certo que, em se tratando de repasse da SANASA ao indigitado Consórcio, “não há transferência da Prefeitura de Campinas para o Consórcio em questão”; consoante declaração da SECLIMAS.

Nesse norte, **VOTO PELO DEFERIMENTO DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o envio dos autos à SECLIMAS para a disponibilização, ao RECORRENTE, de informações acerca do Convênio existente com a SANASA (número do Convênio e do processo), em que consta a previsão do repasse ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ, bem como cópia ou link de acesso ao instrumento no Portal da Transparência, para possibilitar ao interessado, a solicitação de cópia de inteiro teor do processo ou solicitação à SANASA sobre os repasses ao Consórcio fundamentados nesse Convênio.

Vale lembrar que, segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, I e III, não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

**Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:**

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;

IV - que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade;

V - que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021.

Assim, após a informação prestada, a persistir a necessidade de Certidão de Inteiro Teor, o RECORRENTE deverá seguir o passo a passo estabelecido no **Decreto Municipal nº 21.799/2021**, que regulamenta a expedição de certidão de inteiro e de parcial teor na Administração Pública Direta do Município de Campinas, em especial seus arts. 2º a 4º, a saber:

**Art. 2º As solicitações de certidões de inteiro ou parcial teor deverão ser protocoladas pelo interessado na Coordenadoria Setorial de Protocolo Geral, que as recepcionará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou poderão ser iniciadas diretamente por peticionamento do interessado nesse mesmo sistema, desde que seja usuário cadastrado.**

**§ 1º A solicitação será feita por meio de formulário próprio, conforme Anexo I deste Decreto, ou formulário equivalente na área de peticionamento externo do Sistema**

**Eletrônico de Informações - SEI-Campinas** , observados os seguintes requisitos:

I - indicação de nome completo;

II - juntada de cópia do documento pessoal do solicitante;

III - indicação do número do processo administrativo físico ou eletrônico requerido;

IV - indicação de motivação relativa aos fins e razões do pedido;

V - juntada de procuração e de cópia do documento pessoal do outorgado, quando for o caso.

§ 2º No caso de desejar a certidão em meio físico, o interessado deverá se manifestar nesse sentido no ato da protocolização.

**Art. 3º A Coordenadoria Setorial de Protocolo Geral deverá encaminhar imediatamente o pedido de expedição de certidão ao órgão municipal competente para examinar o pedido.**

§ 1º Os pedidos de expedição de certidão relativos a processos protocolizados originariamente no Protocolo Geral do Município, mas que estiverem em trâmite nos entes da administração indireta, deverão ser encaminhados aos entes respectivos, no prazo de 1 (um) dia útil, para exame e eventual deferimento da certidão, em conformidade com as disposições contidas neste Decreto, com exceção das autoridades responsáveis pelo deferimento e pelo recurso, que seguirão regulamentação própria de cada entidade.

§ 2º Os pedidos que tratem de protocolados administrativos arquivados no Arquivo Municipal terão como responsáveis pela sua requisição, por meio do Sistema de Protocolos, os órgãos competentes para o exame e eventual deferimento de certidão.

**Art. 4º O Diretor do órgão ou, no caso da Ouvidoria, o Coordenador, respeitados os termos dos arts. 2º e 3º deste Decreto, é o responsável pelo exame e deferimento dos pedidos de certidão:**

I - realizados pela parte interessada no protocolado administrativo, ou através de procurador, ou, em caso de pessoa jurídica, mediante a juntada da documentação que comprove os poderes para requerer em seu nome ou para outorgar procuração;

II - realizados por terceiro sem procuração da parte interessada, com motivação expressa referente à defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

§ 1º Quando o requerente for a parte interessada no protocolado administrativo, nos termos do inciso I deste artigo, presume-se que a finalidade de seu pedido é o esclarecimento de situação de interesse pessoal, devendo, ainda que não esteja indicada a finalidade, o pedido ser deferido.

§ 2º A certidão deverá ser deferida, nos termos do inciso II deste artigo, quando a matéria constante do protocolado se tratar de interesse público, devendo o pedido, ainda, guardar relação com a defesa de direitos e esclarecimentos de situação.

**Esse o voto**, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). [\[1\]](#)

**FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE**

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

---

<sup>[i]</sup> (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)

---



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 02/10/2025, às 15:37, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **16396247** e o código CRC **87DBFE03**.

---